

# Carta garante creche e ensino de 1º Grau

Simone Salles

BRASÍLIA — Toda criança terá direito a creche e ensino de 1º Grau — mesmo as que ultrapassaram a idade própria para alfabetização — e seus responsáveis poderão acionar judicialmente o estado pelo não oferecimento de vagas na rede pública. Em contra-partida, o governo fará anualmente a chamada dos educandos em idade escolar obrigatória e solicitará informações aos pais pelo descumprimento da frequência à sala de aula.

**A futura Constituição** — se mantidos os pontos básicos sobre educação do substitutivo de Bernardo Cabral — não provocará mudanças estruturais no sistema de ensino brasileiro. Mas amarrará o estado a compromissos constitucionais irrecorríveis: a priorização do ensino fundamental, a valorização dos profissionais da educação, e a destinação de verbas, com a vinculação de 18 por cento da receita da União para o setor.

**Princípio** — “A mudança que virá, com a futura Constituição, é a priorização da escola pública. Esse princípio mostrará a política educacional dos futuros governos, que não poderão fugir dessa linha”, explicou o deputado Octávio Eliseo (PMDB/MG), ex-secretário de Educação do governo Tancredo Neves. Ficou inalterada, no entanto, a questão básica sobre a qual se debruçaram parlamentares e educadores, dentro e fora do Congresso Nacional — o repasse de verbas públicas para a rede de ensino particular. No texto atual, essa transferência ficou restrita às instituições de ensino comunitárias, filantrópicas ou sem fins lucrativos, que reapiquem seus excedentes financeiros em educação. Mesmo assim, nos casos de fechamento ou encerramento de atividades, seus patrimônios devem ser automaticamente transferidos para uma instituição similar ou do poder público.

## Valor de verbas é mistério

“Onde está o dinheiro”? A pergunta do deputado Hermes Zanetti (PMDB/RS), então presidente da Subcomissão de Educação, ao ministro Jorge Bornhausen, resumiu o ponto mais sensível das discussões sobre educação na Constituinte: a legitimidade da destinação de verbas públicas para financiamento da rede particular de ensino. O valor real desses repasses é quase um mistério e varia de acordo com a fonte do Ministério da Educação encarregada de prestar informações.

Em maio, quando foi sabatinado pelos parlamentares da subcomissão, Bornhausen admitiu a transferência de CZ\$ 600 milhões. Cinco meses depois, seu secretário-geral adjunto, Luís Bandeira, estima que a cifra alcance a casa de CZ\$ 1 bilhão até o fim do ano. Contribuindo para o aumento o empréstimo de CZ\$ 592 milhões às PUCS. Esse auxílio, no entanto, adquire outro valor nos cálculos do diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino (FNDE), Hélio Guerreiro — CZ\$ 800 milhões “aproximadamente”.

**Exemplo** — “Ninguém briga por tão pouco”, ironiza o deputado Jorge Hage (PMDB/BA), defensor da exclusividade de verbas públicas para o ensino público. Os técnicos do Ministério da Educação, no momento de contabilizar a verba repassada para o setor privado, reconhecem apenas as transferências para o ensino superior, excluindo os valores de convênios, bolsas de estudo, financiamentos de pequenos projetos, pulverizados entre os programas especiais do Ministério. Um exemplo dessa “distorção

Considerado pelos parlamentares progressistas como “uma janela aberta para a escola particular”, o artigo foi classificado pelo superintendente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Particular (Fenen), Basili Anastassakis, como “discriminatório, antidemocrático e pró-marxista”. A Fenen defende o princípio do “aluno gratuito” em substituição à escola pública. Esse aluno teria o “direito” de escolher, às expensas do governo, a escola particular em que desejasse estudar, independente das mensalidades cobradas.

**Compromissos** — No texto de Bernardo Cabral, alguns artigos e parágrafos podem ser considerados como avanços na educação, mesmo que apenas sob a forma de compromissos constitucionais. A antiga reivindicação dos professores por melhores salários e plano de carreira passou a ser um direito do profissional e obrigação do estado, vinculando o ingresso na carreira do magistério à aprovação em concursos públicos de títulos e provas. Após erradicar os atuais 30 milhões de analfabetos, o estado deverá estender o ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio — de 2º grau e/ou profissionalizante.

Ainda entre o “compromissos” constitucionais está a criação do Plano Nacional de Educação — a ser definido pelo Conselho Federal de Educação, que retomaria uma de suas funções primordiais — para articulação, desenvolvimento e integração dos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) e das ações do poder público, com o objetivo de universalizar e melhorar a qualidade do ensino. As universidades ganham a tão almejada autonomia didático-científica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial, mas terão como obrigação — assim como todos os outros níveis — a abertura de vagas noturnas, perdendo para o ensino de 1º grau a prioridade na repartição do bolo de recursos públicos para a educação.

contábil” do Ministério, em relação a suas verbas, é o valor de CZ\$ 650 milhões 500 mil 484 repassados por convênios a 82 “instituições particulares”.

“Essa iniciativa deflagrará no âmbito das administrações estaduais e municipais, e até mesmo no setor privado, novos investimentos na educação secundária”, justifica o cabeçalho do programa. Enquanto o Ministério da Educação garante repassar, apenas, um por cento de seu orçamento para o setor privado — valor que o secretário-geral, Aloisio Sotero, classifica de “irrelevante”.

**Gastos** — Esse repasse estaria, por baixo, em CZ\$ 2 bilhões 522 milhões, através das bolsas de estudo da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior (Capes), Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, Programa Nova Universidade, Bolsas de Estudo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Empréstimo do FNDE às universidades católicas, e as bolsas de estudo do salário-educação. Aluísio Sotero, no entanto, admite apenas transferência de CZ\$ 1 bilhão — cerca de um por cento do orçamento que fechará o ano do Ministério, CZ\$ 110 bilhões.

Atualmente, o orçamento está em torno de CZ\$ 72 bilhões, dos quais CZ\$ 35 bilhões 800 milhões são gastos com o pagamento de pessoal, e CZ\$ 5 bilhões relativos à administração e conservação dos prédios do Ministério. Como investimento em educação, sobram CZ\$ 17 bilhões 800 milhões para o 1º Grau, CZ\$ 3 bilhões 300 milhões para o 2º, e CZ\$ 9 bilhões para o ensino universitário.

## PM paulista não aceita perda de atribuições

SÃO PAULO — A Polícia Militar de São Paulo entrou virtualmente em pé de guerra e a irritação entre seus 70 mil membros, advertem oficiais, aumentará ainda mais se não forem revogados, rapidamente, os dispositivos do último substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que muda as atribuições das PMS em todo o país.

Uma contundente e ameaçadora nota pública nos jornais de São Paulo e do Distrito Federal; uma assembléia convocada em poucas horas e que mesmo assim reuniu o expressivo número de 600 militares, entre soldados, integrantes dos escalões intermediários e oficiais, e o deslocamento, às pressas, para Brasília, do comandante geral da PM, coronel Wilson Correa Leite, e do secretário de Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho. Estes foram os três sinais mais ostensivos, ontem, da batalha deflagrada pela PM paulista contra o substitutivo.

**Nada a perder** — “A vingar o texto proposto nada mais há a perder”, adverte o texto do manifesto que a PM paulista, através de sete entidades que representam seus integrantes, publicou nos jornais de ontem. A ameaça é reforçada, ainda, pela última frase do documento: “São mais de 350 mil acudados”. A referência é ao contingente que as PMS reúnem em todo o país.

“Não sei as conseqüências se o substitutivo for aprovado tal como está”, reforçou o presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel José Lopes Castilho. “Vamos defender intransigentemente a corporação, vamos lutar dentro da disciplina, mas se as PMS efetivamente sofrerem um esvaziamento, não assistirão de camote à sua destruição”.

**Mobilização** — Castilho acusou diretamente a Polícia Civil de ser responsável pela tentativa de mudança das atribuições da Polícia Militar. “Queremos apenas nos manter como responsáveis pelo policiamento ostensivo, pela ação preventiva e repressiva”, explicou Castilho. No seu entender, o substitutivo de Cabral restringe o papel das PMS apenas à funções repressivas.

Tão logo tomaram conhecimento do novo substitutivo, os dirigentes da PM paulista convocaram, através de suas entidades, a assembléia, que decidiu pela publicação do manifesto, além de uma “ação política” sobre os constituintes e um trabalho coordenado com as PMS de todo o país, com o objetivo de mobilizá-las também contra a mudança.

As primeiras horas da manhã, um oficial da PM procurou e obteve do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, apoio para a preservação do papel tradicional das PMS. Amato, segundo dirigentes das entidades da PM, comprometeu-se a dar não só o apoio, como mobilizar os constituintes ligados à FIESP.

Ao mesmo tempo que um oficial PM seguia para a FIESP, o secretário de Segurança Pública, Fleury Filho, e o comandante geral da PM, coronel Wilson Correa Leite, viajavam para Brasília, onde teriam encontro com a bancada paulista para mobilizá-la contra a proposta de Cabral.

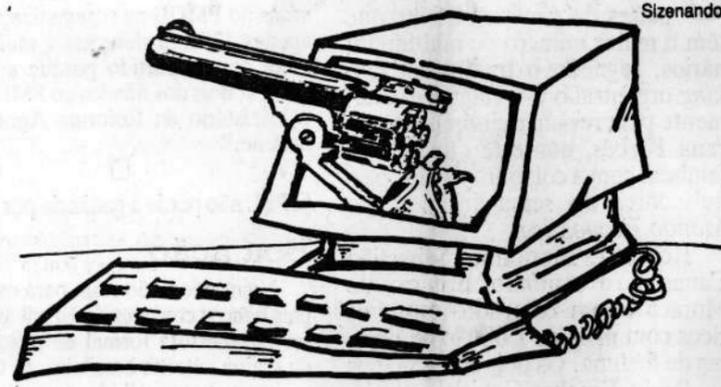
## Imprecisão ameaça reserva de mercado

Texto põe em dúvida futuro da informática

Raquel Ulhoa

BRASÍLIA — A reserva de Mercado da informática está ou não incluída no novo substitutivo do relator Bernardo Cabral? As opiniões se dividem. Uns, como o ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, acham que a reserva foi “totalmente mantida” por Cabral. Já a socióloga Maria Lúcia Maciel, que acompanha os passos da Constituinte nessa área desde a instalação, colhendo dados para uma pesquisa patrocinada pela Universidade de Brasília (UnB), disse que a reserva “curiosamente caiu neste último substitutivo”.

A causa dessas interpretações divergentes é a indefinição do texto de Cabral quanto à reserva de mercado. “A imprecisão na redação do substitutivo é conseqüência da pressão dos inimigos da reserva do mercado”, garante o deputado Olívio Dutra (PT-RS), que levou sua preocupação a Renato Archer. O ministro da Ciência e Tecnologia ouviu do senador Virgílio Távora (PDS-CE) uma interpretação diferente, feita em tom de confidência: “A reserva de mercado está garantida em outro artigo”. Para o veterano senador, que tem se destacado como um dos parlamentares que efetivamente participam das discussões e elaboração do texto constitucional, a reserva de mercado está inserida no capítulo da Ordem Econômica e Financeira, artigo 192, parágrafo 2º, que diz: “A lei



Sizenando

Sizenando

não criará discriminação ou restrição, obedecidas as diretrizes econômicas do Poder Executivo, entre empresas em razão da nacionalidade de origem de seu capital”. O parágrafo 3º do mesmo artigo completa: “Não se compreendem na proibição do parágrafo 2º, a proteção, as vantagens, os incentivos fiscais, os créditos subsidiados e outros benefícios destinados a fortalecer o capital privado nacional e melhorar suas condições de competitividade prevista na lei”.

**Escorregão** — De qualquer forma, mesmo nesse artigo, a proteção aplica-se apenas ao capital privado, o que para Archer foi um “escorregão, voluntário ou involuntário”, do relator. Menos conformada, a socióloga Maria Lúcia lembra que o tema despertou pouca discussão nas etapas iniciais — subcomissões e comissões temáticas —, quando praticamente o mesmo texto foi mantido em todos os relatórios, no capítulo da Ciên-

cia e Tecnologia, contemplando claramente a reserva de mercado.

A redação original, defendida pela comunidade científica, dizia que “o mercado interno integra patrimônio nacional, devendo ser ordenado de modo a viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico, o bem-estar da população e a realização da autonomia tecnológica e cultural da nação”. E ainda: “O Estado e as entidades da administração direta e indireta privilegiarão a capacitação científica e tecnológica nacionais com critérios para a concessão de incentivos de compras e de acesso ao mercado brasileiro e utilização, preferencialmente, na forma da lei, bens e serviços ofertados por empresas nacionais”. Esse texto constou do relatório da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, da Comissão que estudou o assunto e até o penúltimo substitutivo de Cabral. “Estou achando curioso o texto caído”, comentou Maria Lúcia Maciel.